

**LEI MUNICIPAL Nº 622/2025**

**DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.**

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE **ALVORADA DO NORTE**, PARA O EXERCÍCIO DE 2026 (**LOA/2026**) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Câmara Municipal de **ALVORADA DO NORTE**, Estado de GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, APROVA e eu Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei:

## **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS**

**Art. 1º** - Esta lei orça as Receitas e fixa as Despesas do Município para o exercício de 2026, no valor global de **R\$ 85.433.290,02 (Oitenta e Cinco Milhões Quatrocentos e Trinta e Três Mil Duzentos e Noventa Reais e Dois Centavos)**, envolve os recursos de todas as fontes, compreendendo:

- I – Orçamento Fiscal;
- II – Orçamento da Seguridade Social.

## **CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Art. 2º** - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social serão detalhados, em seu menor nível, através dos Elementos da Despesa detalhados no Anexo que acompanha este Projeto de Lei.

§ 1º - Na programação e execução dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, será utilizada a classificação da despesa por sua natureza, onde deverão ser identificados a categoria econômica, o grupo da despesa, a modalidade de aplicação e o elemento.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo deverá estabelecer e publicar anexo às normas de execução do orçamento a classificação das despesas mencionadas no parágrafo anterior.

**Art. 3º** - A receita é orçada e as despesas fixadas em valores iguais a **R\$ 85.433.290,02 (Oitenta e Cinco Milhões Quatrocentos e Trinta e Três Mil Duzentos e Noventa Reais e Dois Centavos)**.

Parágrafo Único – Inclui-se no total referido neste artigo os recursos próprios das autarquias, fundações e fundos especiais.

A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes no anexo, de acordo com o seguinte



desdobramento.

## I – RECURSOS DO TESOIRO

Códigos	Especificação Receita	Receita Prevista	
<b>1000.00.00.00</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>60.868.304,94</b>
1100.00.00.00	Receita Tributária	7.936.709,33	
1300.00.00.00	Receita Patrimonial	939.047,19	
1700.00.00.00	Transferências Correntes	51.963.582,86	
1900.00.00.00	Outras Receitas Correntes	28.965,56	
<b>2000.00.00.00</b>	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>207.414,63</b>
2200.00.00.00	Alienação de Bens	207.414,63	
<b>FUNDOS</b>	<b>RECEITA FUNDOS E AUTARQUIAS</b>		<b>32.164.167,34</b>
00012	FUNDEB	15.941.959,74	
00013	FUNDO PREV. ALVORADA DO NORTE-FUNPAN	8.671.811,21	
00014	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ALV. DO NORTE	7.550.396,39	
<b>9000.00.0.0</b>	<b>DEDUÇÕES DE RECEITA CORRENTE</b>		<b>-7.806.596,89</b>
9711.51.1.1	Dedução Fundeb – FPM	-5.163.273,08	
9711.52.0.1	Dedução Fundeb – ITR	-34.923,54	
9721.50.0.1	Dedução Fundeb – ICMS	-2.476.959,39	
9721.51.0.1	Dedução Fundeb – IPVA	-120.339,06	
9721.52.0.1	Dedução Fundeb – IPI – Exportação	-11.101,82	
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA PREVISTA→</b>			<b>85.433.290,02</b>

**Art. 4º** - A despesa, no mesmo valor das receitas é fixada em **R\$ 85.433.290,02 (Oitenta e Cinco Milhões Quatrocentos e Trinta e Três Mil Duzentos e Noventa Reais e Dois Centavos).**

## DA FIXAÇÃO DAS DESPESAS

Da Despesa Total

**Art. 5º** - A despesa será realizada com observância da programação constante dos quadros de detalhamento de despesa que integram esta lei, apresentando o seguinte desdobramento:

## II – DESPESAS DISCRIMINADAS POR FUNÇÕES

Unidade	Órgão	Valor Previsto
10.01	GABINETE DO PREFEITO	1.084.365,74
10.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	3.788.152,98
10.03	SECRETARIA DE FINANÇAS	2.187.806,90
10.06	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	152.097,26
10.07	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	8.543.054,42
10.09	SECRETARIA DE TRANSPORTES	3.599.291,99
10.99	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.312.834,00
11.11	CAMARA MUNICIPAL	3.083.960,43
12.12	FUNDEB	16.481.752,27
13.13	FUNDO PREV. ALV. NORTE – FUNPAN	8.671.811,21
14.14	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – FMS	16.807.034,81
15.15	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOL. – FMDCA	757.722,90
16.16	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCAL – FMAS	5.160.456,30
17.17	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME	10.268.672,93
19.19	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FMMA	3.172.715,88



20.20	FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO – FMDI	138.920,00
21.21	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO – FSAN	222.640,00
TOTAL →		85.433.290,02

Parágrafo Único – Integram o Orçamento Fiscal os recursos orçamentários à conta do Tesouro Municipal, destinados a transferências às empresas a título de capital, subvenção econômica e prestação de serviços.

**Art. 6º** - As despesas totais da administração direta e indireta, fixada por função, poderes e órgãos, estão definidas em anexos desta lei.

**Art. 7º** - Ficam aprovados os orçamentos das entidades autárquicas, fundacionais e fundos especiais do poder executivo em importância igual para a receita orçada e a despesa fixada, aplicando-se lhes as mesmas regras e autorizações destinadas à administração direta por força desta lei.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES**

**Art. 8º** - Fica o Poder Executivo e Legislativo e as entidades da administração direta, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizados a:

I – abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 55% (cinquenta e cinco por cento) do total dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias consignadas aos grupos de despesas de cada categoria de programação, em conformidade com o previsto nos incisos I, II e III do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – suplementar dotações orçamentárias financiadas à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito Internas e Externas, em conformidade com o previsto no Inciso IV, do § 1º, do art. 43, da Lei nº 4.320/64, até o limite dos respectivos contratos;

III – suplementar dotações orçamentárias de fontes de convênios e outras transferências de recursos vinculados, em conformidade com o previsto no Inciso II, do § 1º, e nos §§ 3º e 4º, do art. 43, da Lei nº 4.230/64, até o limite dos respectivos convênios, transferências e aditivos celebrados;

IV – abrir créditos adicionais suplementares, a fim de ajustar os orçamentos de órgãos reestruturados, em conformidade com o previsto no Inciso III, do § 1º do art. 43, da Lei nº 4.230/64, até o montante dos saldos das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos;

§ 1º Para efeito de observância do limite previsto no inciso I deste artigo, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, serão dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado em balanço patrimonial.

§ 2º Não onera o limite previsto no inciso I deste artigo o montante



originário de convênios e outras transferências voluntárias, operações de crédito, e os que decorram de remanejamento de créditos ou dotações, sem que promovam alterações no total geral do Orçamento.

V – decorrente de Alteração do QDD, fica permitido inclusive a criação de elementos e subelementos necessários a execução das despesas deste que atenda a categoria econômica a ser realizadas.

#### **CAPÍTULO IV DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

**Art. 9º** - Fica o poder executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita nos termos e limites estabelecidos pelo artigo 167 da Constituição Federal e critérios definidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e resolução 43 do Senado.

#### **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 10** – Fica o poder executivo autorizado a estabelecer normas complementares pertinentes a execução do orçamento e, no que couber, adequá-lo as disposições da constituição do município, compreendendo também a programação financeira para o **exercício de 2026**.

**Art. 11** – Fica o chefe do poder executivo autorizado a desmembrar através de decreto orçamentário os recursos para manutenção dos Fundos e Autarquias mencionadas nesta lei.

**Art. 12** – Fica autorizado a abrir créditos suplementares até o limite previsto no Art. 8º da presente Lei, para os fundos e Autarquia existentes neste município.

**Art. 13** – Ficam agregados aos orçamentos do município os valores e indicativos constantes ao anexo a esta lei.

**Art. 14** – Todos os valores recebidos pelas unidades da administração direta, autarquias, fundações e fundos especiais deverão, por sua movimentação, ser registrados nos respectivos orçamentos.

Parágrafo Único – Excluem-se do disposto neste artigo os casos em que por força de lei, normas especiais ou exigências do ente repassador, o registro deva ser feito através do grupo extra-orçamentária.

**Art. 15** – Se necessário com o aumento da arrecadação fica autorizado a execução do processo de excesso de arrecadação ao poder executivo, legislativo e seus fundos existentes neste município.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 16** – Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamento com agências nacionais oficiais de crédito, para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como, a oferecer as



contragarantias necessárias à obtenção de garantias do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.

**Art. 17** – Fica o Poder Executivo autorizado proceder a criação de fontes de recursos, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei, utilizando como recursos os constantes do art. 43, § 1º e incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320/64 e aplicar o disposto no art. 167, VI da Constituição Federal.

**Art. 18** – O Poder Executivo fica autorizado a flexibilizar as fontes de recursos vinculados aos elementos de despesas contantes dos projetos e atividades, para a efetiva realização do programa de governo.

**Art. 19** – O Orçamento analítico de despesas do Poder Legislativo será baixado por ato próprio de sua mesa executiva.

**Art. 20** – O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alvorada do Norte-GO, aos 12 dias do mês de Novembro de 2025.

MUNICÍPIO DE  
**ALVORADA DO NORTE**  
TRABALHANDO POR VOCÊ!



**DAVID MOREIRA DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal